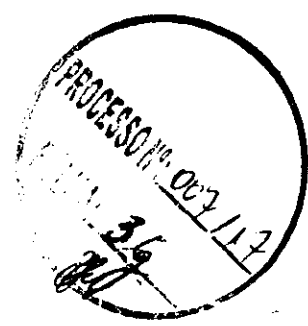




ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA
Praça Dr. José Joaquim Marques, 222 – Centro – Penalva/-MA - CEP: 65.213-000
CNPJ: 06.179.402/0001-81



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N° 015/2017

Contrato de locação de imóvel que entre si celebram o município de Penalva/MA, por intermédio da Prefeitura Municipal de Penalva/MA e Cleidiomar Silva, na forma abaixo:

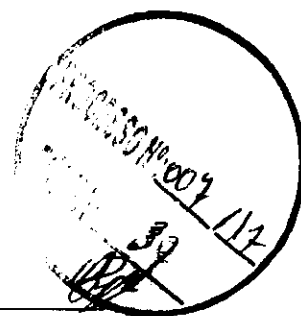
O MUNICÍPIO DE PENALVA/MA, através da Prefeitura Municipal de Penalva/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.179.402/0001-81, com sede na Praça Dr. José Joaquim Marques, 222, Centro, Penalva/MA, doravante denominada CONTRATANTE-LOCADOR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, RONILDO CAMPOS SILVA, portador do RG nº 192984420011-SESP/MA e CPF nº 011.914.263-51, e Cleidiomar Silva, brasileiro, casado, RG nº 000039929995-5, CPF nº 783.472.383-91, residente e domiciliado na Rua Saturnino Belo, CEP 65.213-0000, doravante denominada CONTRATADO-LOCATÁRIO, têm, entre si, ajustado o presente contrato, decorrente de Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 013/2017-SEMASP, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pelas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 8.245/1991, bem como às demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

1. O presente contrato tem como objeto a locação de imóvel situado na Rua Gentil Silva, Centro, no Município de Penalva/MA, para abrigar as instalações e funcionamento do Centro Especializado de Assistência social- CREÁS.

2. O contrato tem como objeto a locação de imóvel situado na Rua Gentil Silva, Centro, no Município de Penalva/MA, para abrigar as instalações e funcionamento do Centro Especializado de Assistência social- CREÁS.

3.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Dispensa de Licitação e a proposta do LOCADOR.

4.1. O presente contrato foi firmado mediante dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993, que a autoriza na hipótese de "compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e



localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

5.1. O valor do aluguel mensal é de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), perfazendo o valor global anual de R\$ 14.400,00 (quatorze mil reais).

5.2. As despesas ordinárias bem como os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica, tributos etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente à LOCATÁRIA, serão suportadas proporcionalmente por cada uma das partes contratantes, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves.

5.2.1. O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando LOCADOR e LOCATÁRIA suas respectivas partes da parcela. Caso a LOCATÁRIA a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do LOCADOR será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

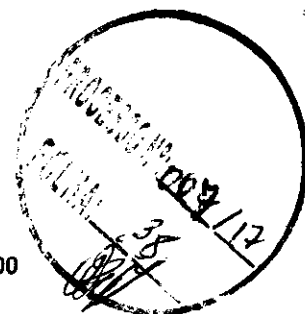
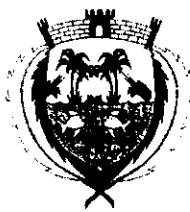
5.3. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data de início da vigência do contrato, mediante entrega das chaves, precedido de vistoria do imóvel.

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.03 -Secretaria Municipal de Assistência Social - 04.122.0002.2001.000 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria - 3.3.90.00.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, nos termos do Art. 3º, da Lei Federal nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, não se sujeitando ao limite de vigência contratual previsto na parte final do inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1.1. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

7.1.2. Caso não tenha interesse na prorrogação, a LOCADORA deverá enviar comunicação escrita à LOCATÁRIA, com antecedência mínima de 04 (quatro) meses



da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO

8.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei Federal nº 8.245/1991, ficando desde já autorizada a LOCATÁRIA a proceder à averbação deste instrumento na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente, correndo as despesas decorrentes por conta do LOCADOR.

DA ALTERAÇÃO

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir da data de apresentação do recibo locatício, ou documento de cobrança correspondente.

10.1.1. A locadora deverá apresentar o recibo de locação na sede da Prefeitura Municipal de Penalva/MA partir do último dia útil do mês da locação.

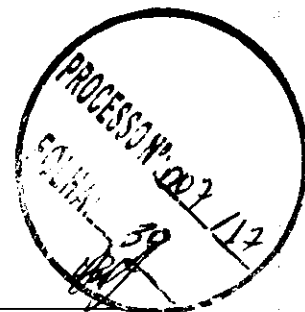
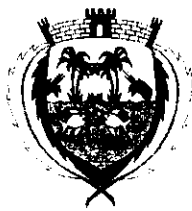
10.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pelo LOCADOR.

10.2.1. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o LOCADOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a LOCATÁRIA.

10.3. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo LOCADOR, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.4. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5. A LOCATÁRIA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.



10.6. No caso de existência de multas oriundas de sanções administrativas, apuradas em regular procedimento, o setor de pagamentos poderá efetivar o respectivo valor da multa do valor do(s) recibo(s) de aluguel (ou de outro documento de cobrança equivalente) pendente(s) de pagamento.

ENCARGOS FINANCEIROS POR ATRASOS NO PAGAMENTO

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o LOCADOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela LOCATÁRIA, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, cujo valor é 0,00016438, apurado com a fórmula seguinte:

$$I = (TX/100)/365, \text{ sendo } TX \text{ (Percentual da Taxa Anual) correspondente a } 6\% \text{ (seis por cento).}$$

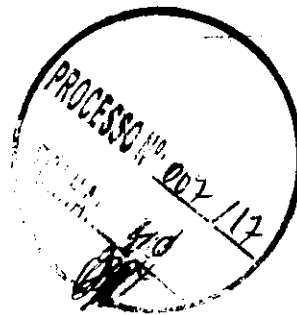
11.2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

REAJUSTE DE VALOR LOCATÍCIO

12.1. Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subseqüentes.

12.2. O reajuste, decorrente de solicitação da LOCADORA, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

12.3. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR



aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

AS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/LOCADOR

13.1. O LOCADOR obriga-se a:

13.1.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

13.1.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;

13.1.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

13.1.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

13.1.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

13.1.6. Fornecer à LOCATÁRIA descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

13.1.7. Fornecer à LOCATÁRIA recibo discriminado das importâncias pagas, vedada a quitação genérica;

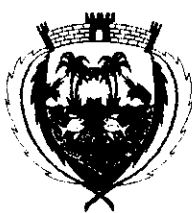
13.1.8. Pagar as taxas de administração imobiliária se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador;

13.1.9. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU);

13.1.10. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, o sistema hidráulico e a rede elétrica do imóvel;

13.1.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;

13.1.12. Exibir à LOCATÁRIA, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;



13.1.13. Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou equivalente;

13.1.14. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

ARTICULO DA CONTRATAÇÃO - LOCATÁRIA

14.1. A LOCATÁRIA obriga-se a:

14.1.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste contrato;

14.1.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

14.1.3. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

14.1.4. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

14.1.5. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245/1991;

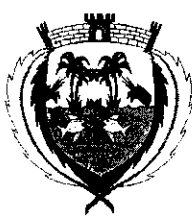
14.1.6. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

14.1.7. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;

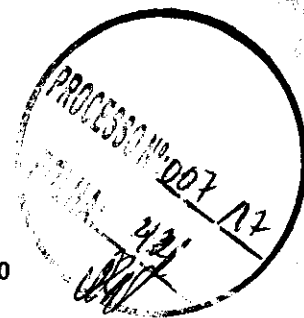
14.1.8. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à LOCATÁRIA;

14.1.9. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;

14.1.10. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245/1991;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA
Praça Dr. José Joaquim Marques, 222 – Centro – Penalva/-MA - CEP: 65.213-000
CNPJ: 06.179.402/0001-81



DA BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

15.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245/1991, e o artigo 578 do Código Civil.

15.1.1. A LOCATÁRIA fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

15.2. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, divisórias etc., poderão ser retiradas pela LOCATÁRIA, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

15.3. Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pela LOCATÁRIA, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

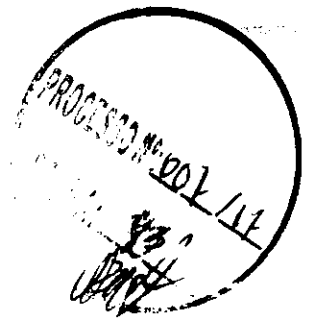
DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A fiscalização do Contrato será efetuada pelo servidor Aurenilde de Jesus dos Santos, Auxiliar Administrativo, que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

16.1.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do LOCADOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da LOCATÁRIA ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.1.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.1.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.



16.1.4. O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

AS PENALIDADES

17.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará o LOCADOR, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa moratória de até 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação;
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória;
- d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PENALVA/MA, pelo prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o LOCADOR ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

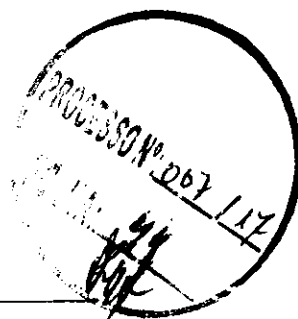
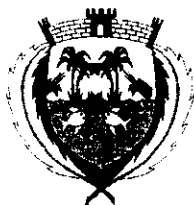
17.1.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas ou profissionais que, em razão do presente contrato:

17.2.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.2.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



17.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.5. 14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à LOCATÁRIA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Penalva/MA, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

17.6. Caso a LOCATÁRIA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas para fins de controle e consulta futura.

17.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DA RESCISÃO

18.1. A LOCATÁRIA, no seu lícito interesse, poderá rescindir este contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

18.1.1. A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidos à LOCATÁRIA, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste instrumento.

18.2. Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

18.2.1. Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII a XVII do Artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que ausente a culpa do LOCADOR, a



LOCATÁRIA o ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

18.2.2. Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

18.3. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior etc., a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

18.4. O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente ao LOCADOR ou por via postal, com aviso de recebimento.

18.5. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA COMUNICAÇÃO

19.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

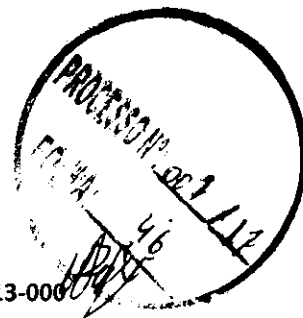
DA RESPONSABILIDADE

20.1. A Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

DE CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela LOCATÁRIA, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245/1991 e na Lei nº 8.666/1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas municipais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

DA PUBLICAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA
Praça Dr. José Joaquim Marques, 222 – Centro – Penalva/-MA - CEP: 65.213-000
CNPJ: 06.179.402/0001-81

22.1. A CONTRATANTE fará publicar o extrato do presente Contrato na imprensa oficial na forma do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.



23.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Penalva/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

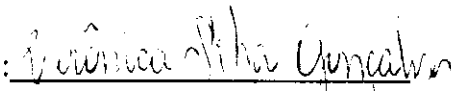
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Penalva (MA), 17 de fevereiro de 2017.


Ronildo Campos Silva
Prefeito Municipal
Pela CONTRATANTE



Cleidiomar Silva
Pelo CONTRATADO

TETEMUNHAS:

Ass.: 

Nome: _____

CPF: 630.457.983-14

Ass.: 

Nome: _____

CPF: 940.743.643-87



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
DE RIBAMAR - MA**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 446/2017/CELI CC. REF.: Processo nº 017/2017/SEMTRANS. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (CNPJ nº 06.351.514/0001-78), por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO, TRÂNSITO E DEFESA SOCIAL - SEMTRANS. **CONTRATADA:** M. DO NASCIMENTO PEREIRA COMÉRCIO - ME (CNPJ nº 35.194.950/0001-89). **OBJETO:** A contratação de empresa especializada para fornecimento de quentinhas. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:** Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/1993. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato é até 31/12/2017. **VALOR:** O valor total estimado deste Contrato é de R\$ 61.480,00 (sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais), referente a entrega de 4.240 (quatro mil, duzentos e quarenta) quentinhas, pelo preço unitário de R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos), não se obrigando o CONTRATANTE a demandar todos os quantitativos decorrentes do instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEMUS:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10 01 - Secretaria Municipal de Transporte Coletivo, Trânsito e Defesa Social; **FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 15 453 0099 2.109 - Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte Coletivo, Trânsito e Defesa Social; **CATEGORIA ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; **FONTE DE RECURSOS:** 010000 Recursos Ordinários. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 05 de julho de 2017. **SIGNATÁRIOS:** TIAGO JOSÉ MENDES FERNANDES - Secretário Municipal de Saúde, e JORGE ANTÔNIO DE ARAÚJO JÚNIOR - Secretário Municipal de Transporte Coletivo, Trânsito e Defesa Social, pela CONTRATANTE, e MIRIAM DO NASCIMENTO FERREIRA, pela CONTRATADA. Central de Licitações, Contratos e Convênios - CELICC.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 454/2017/CELI CC. REF.: Processo nº 009/2017/SEMUS. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (CNPJ nº 06.351.514/0001-78), por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS. **CONTRATADA:** M. DO NASCIMENTO PEREIRA COMÉRCIO - ME (CNPJ nº 35.194.950/0001-89). **OBJETO:** A contratação de empresa especializada para fornecimento de quentinhas. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:** Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/1993. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do Contrato é até 31/12/2017. **VALOR:** O valor total estimado deste Contrato é de R\$ 93.380,00 (noventa e três mil, trezentos e oitenta reais), referente a entrega de 6.440 (seis mil, quatrocentos e quarenta) quentinhas, pelo preço unitário de R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos), não se obrigando o CONTRATANTE a demandar todos os quantitativos decorrentes do instrumento. **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SEMUS:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 10 301 0003 2.004 - COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA; **CATEGORIA ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSOS:** 010200 - RECEITAS DE IMPOSTO E TRANS. VINC. SAÚDE; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 09 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 10 301 0003 2.007 - COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA; **CATEGORIA ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSOS:** 011408 - ATENÇÃO BÁSICA; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 09 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 10 305 0004 2.012 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E PROMOÇÃO DE SAÚDE; **CATEGORIA ECONÔMICA:** 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSOS:** 011410 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE; **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 14 de

julho de 2017. **SIGNATÁRIOS:** TIAGO JOSÉ MENDES FERNANDES - Secretário Municipal de Saúde, pela CONTRATANTE, e MIRIAM DO NASCIMENTO FERREIRA, pela CONTRATADA. Central de Licitações, Contratos e Convênios - CELICC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2017. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 008/2017 - SEMAS. PARTES: Prefeitura Municipal de Penalva/MA, CNPJ nº 06.179.402/0001-81 e Miriam de Fátima Coelho Fonseca, CPF nº 751.247.002-97. **OBJETO:** Locação de imóvel situado a Rua Getúlio Vargas, nº 373, Centro, Penalva/MA, para abrigar as instalações e funcionamento do Departamento de Cidadania. **VALOR GLOBAL:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais). **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.08 08.244.0086.2041.0000; 3.3.90.36.00. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993. **DATA DA ASSINATURA:** 16/01/2017. **SIGNATÁRIOS:** Ronildo Campos Silva, Prefeito Municipal e Miriam de Fátima Coelho Fonseca, Locadora.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2017. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2017 - SEMAS. PARTES: Prefeitura Municipal de Penalva/MA, CNPJ nº 06.179.402/0001-81 e Sandra Costa Cutrim, CPF nº 017.832.403-50, **OBJETO:** Locação de imóvel situado a Rua Sertão, s/nº, Bairro Sertãozinho, Penalva/MA, para abrigar as instalações e funcionamento do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. **VALOR GLOBAL:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais) **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.08 08.244.0086.2041.0000; 3.3.90.36.00. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993. **DATA DA ASSINATURA:** 16/01/2017. **SIGNATÁRIOS:** Ronildo Campos Silva, Prefeito Municipal e Sandra Costa Cutrim, Locadora.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2017. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 006/2017 - SEMAS. PARTES: Prefeitura Municipal de Penalva/MA, CNPJ nº 06.179.402/0001-81 e Alricea Cunha de Melo, CPF nº 011.914.263-51. **OBJETO:** Locação de imóvel situado a Rua Maria Amália Cunha, Bairro Beira-Mar, Penalva/MA, para abrigar as instalações e funcionamento do Conselho Tutelar. **VALOR GLOBAL:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais). **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.08 08.244.0086.2041.0000; 3.3.90.36.00. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993. **DATA DA ASSINATURA:** 13/01/2017. **SIGNATÁRIOS:** Ronildo Campos Silva, Prefeito Municipal e Alricea Cunha Melo, Locadora.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2017. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 009/2017 - SEMAS. PARTES: Prefeitura Municipal de Penalva/MA, CNPJ nº 06.179.402/0001-81 e Eluizio Costa, CPF nº 887.291.413-20. **OBJETO:** Locação de imóvel situado a Rua Francisco Cunha s/nº, Bairro Caixa D'água, Penalva/MA, para abrigar as instalações e funcionamento do Almoarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. **VALOR GLOBAL:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais). **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.08 08.244.0086.2041.0000; 3.3.90.36.00. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993. **DATA DA ASSINATURA:** 13/01/2017. **SIGNATÁRIOS:** Ronildo Campos Silva, Prefeito Municipal e Eluizio Costa, Locador.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2017. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2017 - SEMAS. PARTES: Prefeitura Municipal de Penalva/MA, CNPJ nº 06.179.402/0001-81 e Cleidiomar Silva, CPF nº 783.472.383-91, **OBJETO:** Locação de imóvel situado a Rua Gentil



Silva, s/nº, Centro, Penalva/MA, para abrigar as instalações e funcionamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. VALOR GLOBAL: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02.08 08.244.0086.2041.0000 3.3.90.36.00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993. DATA DA ASSINATURA: 17/02/2017. SIGNATÁRIOS: Ronildo Campos Silva, Prefeito Municipal e Cleidomar Silva, Locadora.

CONVÊNIO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

RESENHA DE CONVÊNIO. PROCESSO 111074-SECTUR. CONVENIO Nº 144/2017 - ASSEJUR/SECTUR. PARTES: O GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO/SECTUR, com CNPJ nº 05.508.362/0001-01, neste ato representada pelo seu Secretário Sr. DIEGO GALDINO DE ARAUJO, brasileiro, solteiro, Servidor Público, portador do RG nº 1195573992 - GEJUSP, inscrito no CPF sob o nº 016.580.903-57, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS/MA, com CNPJ nº 06.116.461/0001-00, neste ato representada por sua Prefeita Sr. VANDERLY DE SOUSA DO NASCIMENTO MONTELES, inscrita no CPF sob o nº 927.343.593-91 e RG nº 013297902000-8 - SSP/MA. OBJETO: Realização do Projeto "FESTAS JUNINAS 2017". PRAZO: O presente Convênio terá sua vigência de 02(dois) meses, a contar da data de sua assinatura, adicionando-se 60(sessenta) dias para apresentação da prestação de contas. VALOR R\$:107.600,00(CENTO E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS), de acordo com a seguinte distribuição: I - CONCEDENTE: pagamento em parcela única, a ser paga após a emissão da Nota de Empenho, totalizando o valor de R\$100.000,00(CEM MIL REAIS), à conta do Programa de Trabalho: 13392013147130046; Fonte: 0101000000; Natureza da Despesa: 334039. PI-17DGOV/46, e II - CONVENIENTE: R\$7.600,00(SETE MIL E SEISCENTOS REAIS), à título de Contrapartida. BASE LEGAL: Art. 116, da Lei nº 8.666/93. Instrução Normativa nº 18/2008 do TCE/MA, que regulamenta os Convênios de Natureza Financeira, e Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, além da Carta Magna do País. FORO: São Luís, Capital do Estado do Maranhão. DATA DA ASSINATURA: 23 de junho de 2017. ASSINATURAS: DIEGO GALDINO DE ARAUJO/Secretário de Estado da Cultura e Turismo/SECTUR e VANDERLY DE SOUSA DO NASCIMENTO MONTELES/Prefeita do Município de ANAPURUS/MA. São Luis/MA, 23 de junho de 2017. THIAGO DE LIMA RAMOS ROSADO - Chefe da Assessoria Jurídica/SECTUR.

RESENHA DE CONVÊNIO. PROCESSO 111084/SECTUR. CONVENIO Nº 177/2017 - ASSEJUR/SECTUR. PARTES: O GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO/SECTUR, com CNPJ nº 05.508.362/0001-01, neste ato representada pelo seu Secretário Sr. DIEGO GALDINO DE ARAUJO, brasileiro, solteiro, Servidor Público, portador do RG nº 1195573992 - GEJUSP, inscrito no CPF sob o nº 016.580.903-57, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANÁ/MA, com CNPJ nº 01.612.539/0001-64, neste ato representada por seu Prefeito Sr. VALDIR BELO AMORIM, inscrito no CPF sob o nº 191.950.444-34 e RG nº 34127394-5 - SSP/MA. OBJETO: Realização do Projeto "SÃO JOÃO 2017". PRAZO: O presente Convênio terá sua vigência de 02(dois) meses, a contar da data de sua assinatura, adicionando-se 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas. VALOR R\$:106.000,00 (CENTO E SEIS MIL REAIS), de acordo com a seguinte distribuição: I - CONCEDENTE: pagamento em parcela única, a ser paga após a emissão da Nota de Empenho, totalizando o valor de R\$100.000,00(CEM MIL REAIS), à conta do Programa de Trabalho: 13392013147130048; Fonte: 0101000000; Natureza da Despesa: 334039. PI-17JM130/48, e II - CONVENIENTE:

R\$6.000,00(SEIS MIL REAIS), à título de Contrapartida. BASE LEGAL: Art. 116, da Lei nº 8.666/93. Instrução Normativa nº 18/2008 do TCE/MA, que regulamenta os Convênios de Natureza Financeira, e Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, além da Carta Magna do País. FORO: São Luís, Capital do Estado do Maranhão. DATA DA ASSINATURA: 14 de junho de 2017. ASSINATURAS: DIEGO GALDINO DE ARAUJO/Secretário de Estado da Cultura e Turismo/SECTUR e VALDIR BELO AMORIM/Prefeito do Município de ARAGUANÁ/MA. São Luis/MA, 14 de junho de 2017. THIAGO DE LIMA RAMOS ROSADO - Chefe da Assessoria Jurídica/SECTUR.

RESENHA DE CONVÊNIO. PROCESSO 113787/SECTUR. CONVENIO Nº 183/2017 ASSEJUR/SECTUR. PARTES: O GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO/SECTUR, com CNPJ nº 05.508.362/0001-01, neste ato representada pelo seu Secretário Sr. DIEGO GALDINO DE ARAUJO, brasileiro, solteiro, Servidor Público, portador do RG nº 1195573992 - GEJUSP, inscrito no CPF sob o nº 016.580.903-57, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS/MA, com CNPJ nº 06.124.739/0001-91, neste ato representada por seu Prefeito Sr. WELLINGTON COSTA UCHOA, inscrito no CPF sob o nº 551.378.493-91 e RG nº 056193722015-0 - SSP/MA. OBJETO: Realização do Projeto "FESTAS JUNINAS 2017". PRAZO: O presente Convênio terá sua vigência de 02(dois) meses, a contar da data de sua assinatura, adicionando-se 60(sessenta) dias para apresentação da prestação de contas. VALOR R\$:51.500,00 (CINQUENTA E HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), de acordo com a seguinte distribuição: I - CONCEDENTE: pagamento em parcela única, a ser paga após a emissão da Nota de Empenho, totalizando o valor de R\$50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS), à conta do Programa de Trabalho: 13392013147130187; Fonte: 0101000000; Natureza da Despesa: 334039. PI-17DGOV/187, e II - CONVENIENTE: R\$1.500,00(HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), à título de Contrapartida. BASE LEGAL: Art. 116, da Lei nº 8.666/93. Instrução Normativa nº 18/2008 do TCE/MA, que regulamenta os Convênios de Natureza Financeira, e Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, além da Carta Magna do País. FORO: São Luís, Capital do Estado do Maranhão. DATA DA ASSINATURA: 19 de junho de 2017. ASSINATURAS: DIEGO GALDINO DE ARAUJO/Secretário de Estado da Cultura e Turismo/SECTUR e WELLINGTON COSTA UCHOA/Prefeito do Município de PRESIDENTE VARGAS/MA. São Luis/MA, 19 de junho de 2017. THIAGO DE LIMA RAMOS ROSADO - Chefe da Assessoria Jurídica/SECTUR.

RESENHA DE CONVÊNIO. PROCESSO 158023-SECTUR. CONVENIO Nº 186/2017 - ASSEJUR/SECTUR. PARTES: O GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO/SECTUR, com CNPJ nº 05.508.362/0001-01, neste ato representada pelo seu Secretário Sr. DIEGO GALDINO DE ARAUJO, brasileiro, solteiro, Servidor Público, portador do RG nº 1195573992 - GEJUSP, inscrito no CPF sob o nº 016.580.903-57, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, com CNPJ nº 06.002.372/0001-33, neste ato representada por seu Prefeito Sr. SYDNEI COSTA PEREIRA/MA, inscrito no CPF sob o nº 932.634.308-00 e RG nº 222667420027 - GEJUSPC/MA. OBJETO: Realização do Projeto "ANIVERSÁRIO DA CIDADE 2017". PRAZO: O presente Convênio terá sua vigência de 02(dois) meses, a contar da data de sua assinatura, adicionando-se 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas. VALOR R\$:103.000,00(CENTO E TRES MIL REAIS), de acordo com a seguinte distribuição: I - CONCEDENTE: pagamento em parcela única, a ser paga após a emissão da Nota de Empenho, totalizando o valor de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), à conta do Programa de Trabalho: 13392013147130001; Fonte: 0101000000; Natureza da Despesa: 334039. PI-17FM9, e II - CONVENIENTE: R\$3.000,00(TRES MIL REAIS), à título de Contrapartida. BASE LEGAL: Art. 116, da Lei